



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo: Movimentos sociais e participação Social)

Mulheres e laços sociais: a micropolítica dos afetos¹

Marina Soares Stefano²
Sonia Regina Vargas Mansano³

Resumo: O presente estudo teve por objetivo analisar laços sociais presentes no cotidiano de mulheres em suas relações micropolíticas. A base teórica que sustentou o estudo foi a Psicologia Social na interface com a Filosofia, Sociologia e Política. Adotando uma perspectiva metodológica teórica o estudo foi dividido em dois momentos: primeiro, discute os laços entre trabalho e cuidado tão presentes no cotidiano de mulheres. Na sequência, aborda os laços entre maternidade, corpo e desejos, dando destaque aos processos que, historicamente, colocam expectativas idealizadas difíceis de serem superadas pelas mulheres. Nesse trajeto, podemos constatar o quanto os laços sociais são complexos e pode tanto trazer fortalecimento quanto sofrimento. Concluímos que a micropolítica dos afetos, uma vez analisada em sua diversidade de expressões, pode cooperar para colocar em curso mudanças sociais.

Palavras-chave: gênero; feminismo; psicologia social; políticas públicas.

Abstract: The present study aimed to analyze social ties present in the daily lives of women in their micropolitical relationships. The theoretical basis that supported the study was Social Psychology at the interface with Philosophy, Sociology, and Politics. Adopting a theoretical methodological perspective, the study was divided into two moments: first, it discusses the ties between work and care so present in women's daily lives. Next, it addresses the ties between motherhood, body, and desires, highlighting the processes that, historically, have placed idealized expectations that are difficult for women to overcome. Along this path, we were able to see how complex social ties are and how they can lead to both strengthening and suffering. We conclude that the micropolitics of affections, once analyzed in their diversity of expressions, can cooperate to bring about social changes.

Keywords: activism; gender; feminism; social psychology; public policy.

¹ A pesquisa contou com financiamento da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

² Psicóloga. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, marinasoares27@outlook.com

³ Psicóloga, Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, Doutora em Psicologia Clínica, mansano@uel.br



1. INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres é uma realidade social alarmante no Brasil, sendo frequentemente efetuada, de acordo com os dados disponibilizados no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025), por homens próximos que fazem parte do cotidiano relacional da vítima. Essa violência embrenha-se de formas diversas e atinge de forma brutal o corpo e a subjetividade de mulheres pertencentes a diversas classes sociais. Tal situação gera situações de vulnerabilidade que fragilizam essa população, chegando a dificultar o acesso a direitos básicos.

Como se não bastasse esse cenário crítico, o Brasil vem enfrentando um complexo processo de retrocessos quanto à permanência de políticas públicas voltadas à mulher. A ascensão de grupos ultraconservadores, como discutem Tavares e Alves (2023), coloca em risco a constituição e permanência dos serviços públicos e demais órgãos que garantem alcance de recursos às populações em vulnerabilidade. Na perspectiva analítica das autoras, a disseminação de valores neoliberais tem esvaziado importantes pautas políticas, perpetuando discursos que causam o rápido desmonte de políticas públicas ditigidas às mulheres. Os ataques ideológicos e administrativos tornaram os órgãos responsáveis por conduzir os serviços previstos nas políticas para mulheres um território de amplo desmonte. Pacheco e Dias (2023) assinalam que, desde 2011, com a gestão federal, foi-se constituindo um programa político caracterizado por retrocessos e discursos hegemônicos, voltados à conservação do papel social feminino tradicional e da consequente naturalização da violência enfrentada pelas mulheres na sociedade.

Como consequência do índice de violência de gênero crescente em conjunto com o desmonte dos serviços públicos, os avanços, debates e estudos que foram iniciados, como aponta Pacheco e Dias (2023), no final dos anos 1990, concentraram-se em dar visibilidade às lutas pela garantia de permanência de direitos, ante a crescente desinstitucionalização. A ausência de políticas efetivas de proteção dificultou a continuidade de implementação das políticas para mulheres, bem como desarticulou órgãos governamentais voltados à administração dos serviços. Pacheco e Dias (2023) indicam ainda o evidente desmanche do Ministério da Mulher, ocorrido durante o governo federal de 2019 a 2022, como agravante para crises nas cinco regiões do Brasil.

Atendo a este cenário, o presente estudo definiu como objetivo analisar as ações de mulheres e suas relações micropolíticas. A base teórica que sustentou o estudo foi a Psicologia Social na interface com a Filosofia, Sociologia e Política, por meio da qual percorremos o seguinte trajeto: Analisamos a relevância histórica dos laços sociais efetuado por mulheres em seu cotidiano micropolítico, destacando sua função e estratégia. Na sequência, analisamos dois laços historicamente engendrados: primeiro, o trabalho e o cuidado, cujos desdobramentos culminam na naturalização da mulher como cuidadora nata. Na sequência, apresentamos os laços entre maternidade, corpo e desejos, dando visibilidade à difícil tarefa de superação dos ideais nele



cristalizados.

O estudo conclui que a constituição de grupos, o estudo crítico da realidade social brasileira e as trocas de experiências são algumas estratégias que dão sustentação à luta cotidiana por uma existência fortalecida e autônoma. Assim, dar visibilidade a complexidade de laços que marcam a vida de mulheres constitui um ato político por meio do qual os limites e as conquistas engendrados no cotidiano micropolítico podem ser compartilhados e acessados por outras mulheres que enfrentam dificuldades similares.

2. AS MULHERES E SEUS LAÇOS

O ato de criar laços pressupõe vínculos e trocas entre objetos, pessoas ou ideias. Visitando a palavra laço no dicionário de língua portuguesa (Houaiss, 2009), encontramos que ela remete a ideia de apertar, estreitar, passar elementos uns pelos outros. Quando transportamos esse sentido para as relações sociais, Guimarães, Paugum e Prates (2020) mostram que um laço pode transformar-se no decorrer do tempo, alterando os vínculos em meio aos novos encontros vividos. Os laços, nesse constructo, remetem a possibilidades de conexão entre os elementos do mundo e o sentir do sujeito, possibilidades estas que podem constantemente se aproximar, desfazer e refazer, compondo de modo fluido outras conexões. Ao abordar a ideia de laço enquanto possibilidade para analisar as relações sociais, pode-se pensar nos modos como esse vínculo afetivo é engendrado e, ainda, como é possível experimentar sua criação na interface entre subjetividade e sociedade.

A ideia de corpo também se faz interessante para a compreensão dos laços. Com Mearleu-Ponty (2006), é possível entender que o corpo se mantém em constante interação com o mundo, que está sujeito a transformações advindas dos encontros com o outro e que pode vir a transformar aquilo e aqueles que estão ao seu redor. Ao visualizar esse dinamismo, é possível problematizar a mulher e seus laços com a existência. Entende-se que seu corpo e a experimentação dos afetos estão imersos em sensações, práticas e sentidos que a compõem como um mosaico vivo que se movimenta sem cessar.

É através da presença de um corpo em constante interação com o mundo que a criação de laços se faz. Nela, a mulher vê sua constituição enquanto corpo transformar-se cotidianamente na passagem dos encontros e do tempo. Da mesma forma, a partir de encontros mais recentes, as vinculações mais antigas se afrouxam, possibilitando a experimentação de novos laços. A experiência corpórea permite a fluidez no desfazer e no enlaçar de elementos que acompanham a complexa produção de subjetividade.

Foi nesse sentido que direcionamos nossa análise para os laços de mulheres com seus corpos, seus pares e as instituições sociais, compreendendo que eles se firmam e se desmancham constantemente. Os laços, como vimos argumentando, são diversos e mutantes.



Para este estudo, selecionamos dois deles, sem a pretensão de esgotar sua pluralidade: o primeiro que liga trabalho e cuidado, e o segundo que aproxima maternidade, relações sociais e desejos.

3. LAÇOS ENTRE TRABALHO E CUIDADO

Começemos pelos laços entre trabalho e cuidado. É inegável que, entre as diferentes práticas cotidianas executadas pelas mulheres, o trabalho se destaca enquanto uma dimensão que movimenta e/ou paralisa suas relações com o mundo, sendo atravessado por minúcias que marcaram seus corpos. Sua vinculação com a atividade laboral foi historicamente relacionada tanto ao enclausuramento no contexto privado do lar quanto à exploração dobrada de seu corpo, compreendendo que os serviços informais e os trabalhos braçais sempre acompanharam o cotidiano da maioria das mulheres brasileiras, impondo um uso pouco ou não remunerado das práticas a elas impostas para sobrevivência (Priore, 2020).

É nesse sentido que Zanello (2007) discorre a respeito da percepção das atividades ligadas ao feminino sob a ótica dos contos de Clarice Lispector (1973). Por meio do cenário de cenas familiares cotidianas, a escritora busca compreender e questionar os modos de vida da mulher e as atribuições sociais de papéis. Na leitura de Zanello (2007), referente ao conto intitulado “O amor”, as limitações impostas à mulher pelo trabalho doméstico são descritas sob uma percepção crítica a respeito da história de uma dona de casa comum. A protagonista baseia sua existência na busca incessante por “maternar” (p. 114) o outro e, com isso, renuncia ao cuidado de si para responsabilizar-se pelos cuidados com a casa, os filhos e o companheiro, estando este último sempre ausente dos afazeres cotidianos e de quaisquer ações cooperativas com os filhos. O movimento de abdicação de si, indicado por Zanello (2007) ao ler o conto, retira da mulher o olhar sobre a própria existência ou, mesmo, o contato com suas angústias ou desejos. De certa forma, o que aparece no conto de Lispector é uma posição subjetiva que dirige a energia dessa mulher para afazeres institucionais hegemônicos e subtrai sua atenção sobre si mesma. Zanello (2007) descreve:

A mãe pode vir a ser identificada com a função de cuidar das crianças, de sua alimentação, de seus horários e estudos, etc; a esposa, com a função de preparar a comida, afagar o esposo e satisfazê-lo sexualmente; etc. Parece que a personagem descrita por Clarice enquadra-se nesse congelamento do olhar dos outros: ela é transparente, pura funcionalidade, que garante o bom andamento da casa e da família. (Zanello, 2007, p. 4).

A abdicação constante de si limita a variação experiencial daquilo que advém no cotidiano afetivo e relacional. Pode-se dizer que a personagem não se aproxima em momento algum de seus desejos e, em alguma medida, não se dá conta sequer de suas necessidades. É a partir dessa conexão ilimitada com as exigências e expectativas naturalizadas que lhe são colocadas que ela se desliga de si e assume uma forma de ser cristalizada, mantendo-se no papel de mantenedora e cuidadora do contexto doméstico. A adesão ao trabalho doméstico pode ser



compreendida, em alguma medida, como um sintoma que ganhou forma na organização social e econômica desde longa data. Ela retira parte das mulheres do campo das produções, desejos e projeções públicas, dificultando o reconhecimento de outras possibilidades de vinculação:

Ao retornar para casa, vemos Ana se esforçar por mergulhar novamente em seu cotidiano: através da 'culpa' que sente ao rever seu filho. "É pelas crianças!" (E não é esta a justificativa de tantas mulheres?). Ela tenta espremer a vastidão do que vivenciou na estreiteza de sua cozinha, quartos, limpeza e relações domésticas – totalmente conhecidas, previsíveis e esgotadas. E é o próprio marido que a reconduz a seu mundinho tamponado, morno, sem frestas (Zanello, 2007, p. 2).

Quantas mulheres, dedicadas ao trabalho nos lares, encontram-se tão intimamente ligadas ao conto de Lispector (1973) e às análises de Zanello (2007), restringindo suas existências ao papel hegemônico estabelecido nos lares? Além disso, tomadas cotidianas de consciência sobre si, seus desejos, necessidades e angústias, como diferem das rotinas naturalizadas, terminam por ser abafadas ante o território social e subjetivo ocupado, que fica distante de um exercício de autonomia ou de autorrealização. Em seu lugar, o que ganha a cena doméstica é o cumprimento de serviços de cuidado dirigido ao outro, sem remuneração ou reconhecimento por parte daqueles que desfrutam dessa prática.

Amplamente idealizado, o cuidado se caracteriza, muitas vezes, como componente unificador de sua existência. Ele poderia ocorrer, de acordo com Sá (2000), como uma relação de troca com o outro na qual seria possível colocar em destaque uma potência criadora de vida. No entanto, longe de compreender o acolhimento e a percepção das necessidades e desejos, o cuidar se configura no sentido de um dever moral constituído que, de acordo com Guedes e Daros (2009), tende a uma categoria identitária de feminilidade. Naturaliza-se, segundo as autoras, as atividades que derivam do cuidado compartilhado, que passa a ser direcionado unicamente à mulher, de maneira a parecer que o cuidar sustenta uma suposta essência feminina. Guedes e Daros (2009) assinalam:

Cuidar dos familiares, dos companheiros, em concomitância com as atividades sócio-ocupacionais, para cumprir normas historicamente criadas e interpretadas como inerentes à natureza feminina, tornam-se aspectos de uma realidade que tende a desprender-se de seus sujeitos e apresentar-se como eterna (p. 2).

Pode-se dizer, assim, que a mulher tende a viver o laço entre trabalho e cuidado como uma espécie de anulação de sua própria potência afetiva, sendo submetida de modo recorrente a um projeto de existência ligado a um cuidado compulsório, que não visa à constituição de uma relação de trocas e complementariedade, mas sim o cumprimento de uma tarefa exclusiva atribuída à mulher que é vista, portanto, como uma cuidadora nata.

4. LAÇOS ENTRE MATERNIDADE, CORPO E DESEJOS

A fim de demarcar as nuances que a maternidade e os processos relativos à experimentação do geram na mulher, é indispensável compreender alguns elementos históricos que intervêm na pretensão de docilizar e dirigir os modos de existência. Zanello (2023) afirma



que a maternidade, no ocidente, se constituiu como uma espécie de emboscada ou enganação. Para constatar isso, cabe observar o número de abandonos paternos crescentes e a sobrecarga das mulheres perante os cuidados com filhos que, culturalmente, não são cobrados como uma responsabilidade masculina. Ser pai parece ser, de acordo com as afirmações da autora (2023), apenas engravidar uma mulher. A criança só sobreviverá, dessa forma, devido aos esforços maternos que, segundo Zanello (2023), demandam energia mental e física no decorrer do seu desenvolvimento. Para isso, a ideia de maternidade é algo constituído na mulher desde muito cedo. Essa construção difere da vivência masculina, que é aberta a enxergar a paternidade como opção, enquanto a maternidade é incutida como um destino inevitável. Ao reiterar uma certa concepção de feminino e o papel que deve desempenhar na sociedade, estimula-se a mulher a reconhecer-se na tarefa inquestionável de ser mãe já desde a infância. A autora acrescenta que esse cuidar, socialmente aprendido, faz parte do que denomina “dispositivo materno” (p. 3), utilizado para ensinar as mulheres a doarem-se ao outro, priorizando os desejos de terceiros que a cercam. Desejos esses, inclusive, que incidem sobre seu corpo e suas maneiras de viver. Zanello (2016) reitera que, como auge do se doar ao outro, a maternidade é retirada de sua dimensão complexa e passa a funcionar como prática que adoece a mulher ao fazê-la abdicar de si.

O maternar socialmente aprendido, como destaca Zanello (2016), é visto como uma atividade idealizada, vivida de forma generalizada, sem considerar as pluralidades que podem habitar essa experiência, sendo disseminada como uma dádiva ou dom a mulher. Tal valorização naturaliza o ato de estar constantemente em função dos cuidados com familiares, com filhos ou com demais pessoas de seu convívio, exaltando a utilização de seus corpos e de sua força produtiva para servir ao outro como um destino natural. Zanello (2016) alerta:

Ainda que uma mulher não tenha seus próprios filhos, ela é vista como naturalmente cuidadora (capaz de “maternar”), podendo e devendo empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas: dos pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família etc. Além disso, esse “cuidado” se desdobra em uma naturalização dos cuidados domésticos, cabendo a elas, também, em grande parte, até hoje, os serviços de casa. Uma mulher que não priorize o cuidado com os outros (filhos, marido, família), geralmente é julgada como egoísta, fállica e outros termos que, no uso, adquirem um caráter pejorativo (p. 114).

Outra constatação desse processo é que a maternidade, na sociedade patriarcal, tende a ser solitária e exaustiva pois distancia a pluralidade de laços que compõe qualquer vivência no mundo. Assim, a sobrecarga, em conjunto com as mudanças afetivas e fisiológicas vividas durante a gestação, podem vir a gerar frustrações e ressentimentos para consigo e com o outro. No entanto, tais afetos não se enquadram no que é esperado de uma mulher, que idealmente representa a serenidade e cuidado incondicional. Zanello (2023) afirma:

No entanto, na socialização, aprendemos a suprimir esse ódio, que é uma emoção muito importante, mas malvista nas mulheres. Outra metáfora que eu uso: se você está cozinhando um ovo e encosta o dedo na frigideira, a dor te faz tirar a mão da panela. O ódio pode te ajudar a se libertar de várias situações de opressão, te ensina a não colocar o dedo na frigideira de novo. Vejo mulheres em relacionamentos abusivos que têm dificuldade de odiar o cara, por exemplo. Entrou com um pedido de medida protetiva e pensa: “coitado!”. Homem geralmente não sente pena de mulher porque eles odeiam com muita facilidade (p. 25).

Nessa direção, Goldman (2010) mostra o quanto a maternidade está sob vigilância



social. A possibilidade de escolhas e de tempo para experimentar os processos de produção de si e experimentação dos desejos acaba sendo ameaçadora. Assim, a mulher é anexada nas instituições e tende a reproduzir os ideais do capitalismo, sem muito espaço para entrar em contato e sentir os próprios desejos, ou mesmo questionar as normas vigentes. A autora assinala:

Os defensores da autoridade temem o advento da maternidade livre, com receio de que ela lhe subtraia as presas. Quem combateria nas guerras? Quem produziria as riquezas? Quem faria o papel do policial, do carcereiro, se a mulher se recusasse a reprodução indiscriminada de crianças? A raça, a raça! – grita o rei, o presidente, o capitalista, o padre. A raça deve ser preservada, mas a mulher degradada à mera máquina — e a instituição do casamento é nossa única válvula de segurança contra o pernicioso despertar sexual da mulher (Goldman, 2010, p. 134).

A partir do destacado, é possível compreender que os laços entre maternidade e corpo pairam de forma constante. O diálogo entre Zanello (2023) e Goldman (2010) aponta que a vivência feminina se liga à objetificação e instrumentalização de seus desejos e o ato de maternar socialmente aprendido representa o ápice dessa experiência. Nota-se, em Goldman (2010), um importante elemento de análise: o despertar sexual é visto como pernicioso e deve ser abafado, sob o risco de comprometer um projeto social hegemônico de produtividade. Assim, a ideia de desejo sexual feminino tornou-se historicamente secundária, sendo confinada no casamento e nos interesses masculinos.

Sobre isso, cabe resgatar Beauvoir (1970) que chamou a atenção para as diferenças com que meninos e meninas são ensinados a olhar para o próprio desejo. A autora (1970) afirma ser o menino socialmente educado de modo que sua sexualidade e fisiologia são destacados sobre um viés de virilidade e da heterossexualidade. Nesse sentido, o menino parece constituir um ideal de masculinidade relativo à potência sexual, presente desde o início da vida. Já a menina passa por um movimento diferente: seus cuidadores evitam ou não abordam o órgão genital, sua sexualidade se faz distante e envolta de silêncio. Nas suas palavras:

A sorte da menina é muito diferente. Nem mães nem amas têm reverência e ternura por suas partes genitais; não chamam a atenção para esse órgão secreto de que só se vê o invólucro e não se deixa pegar; em certo sentido, a menina não tem sexo. Não sente essa ausência como uma falha; seu corpo é evidentemente uma plenitude para ela, mas ela se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade. (Beauvoir, 1970, p. 45).

Goldman (2010) destaca ser um elemento crucial da sociedade patriarcal afastar a mulher do “despertar sexual” (p. 134). Tal despertar colocaria em xeque os ideais, inalcançáveis, na formação da maternidade ocidental. A maternidade, em larga medida, ancora-se em práticas de anulação do corpo e dos desejos. Por este viés, torna-se revolucionário, como destaca Goldman (2010), quando a mulher se aproxima de seu corpo e experimenta a sexualidade apesar da vigilância institucional. Acessar essa liberdade não necessariamente implica o ato sexual. Sob a perspectiva de Neves (2019), a sexualidade é multifacetada e envolve uma troca potente com o outro, que permite o sentir profundo das sensações e desejos que se colocam nessa relação. A aproximação com o próprio sentir, de acordo com Neves (2019), desperta desejos e necessidades insurgentes, que podem estar ou não ligados ao processo de tornar-se mãe.

Ao entrar em contato com essa pluralidade de laços, a mulher tem a chance de sair da condição de máquina e se afastar dos nós atados em protocolos sociais. A sexualidade encontra



espaço para se configurar como uma experiência de liberdade e lança a mulher para o contato consigo e seus desejos. Outras possibilidades de laços se abrem. Tal liberdade, entretanto, não a isenta de julgamentos e sanções da sociedade, bem como não significa um caminho de fácil acesso. Goldman (2010) alerta:

se a mulher for grande e livre o bastante para conhecer o mistério do sexo sem a sanção do Estado ou a Igreja, ela será julgada como absolutamente imprópria para desposar um bom homem, sua bondade consistindo num cérebro vazio e num bolso cheio. Pode existir algo mais ultrajante que a ideia de uma mulher saudável, em plena idade, cheia de paixão e vida, dever negar as demandas da natureza, reprimir o seu mais intenso desejo, prejudicar a sua saúde, quebrantar o seu espírito, cegar a própria vista, abster-se de toda a glória e de toda profundidade da experiência do sexo, até que eis que lhe apareça um bom homem para tomá-la como legítima esposa? É precisamente isso que significa o casamento. Como poderia tal arranjo terminar senão em fracasso? Estes são alguns fatores, não menos importantes, que diferenciam o casamento do amor (p. 143).

Os laços com o corpo também ganham destaque em nossa análise. A passagem do tempo, em alguns casos somadas as transformações advindas da maternidade, em larga medida entram em conflito com os ideais que recaem sobre os corpos femininos. Piccinnini et al. (2008) afirmam que a mulher que se torna mãe pode vir a sentir-se compelida a recuperar-se rapidamente das mudanças corporais advindas da gravidez, impondo-se novas restrições e cobranças. Essa recuperação significa perder o peso ganho no processo, retomar o trabalho, bem como reaver as tarefas cotidianas de cuidado com a família e o contexto doméstico. Com essa retomada, vivida como urgente e necessária, não há tempo de experienciar as sensações causadas pelo evento recém vivenciado e o fazer-se mãe é inundado por expectativas e exigências externas. Segundo Bordo (1997), a mulher é atordoada pelas cobranças sociais, inclusive a preocupação em voltar ao seu estado de “feminidade” (p. 28), estado este que recoloca o ideal de beleza do corpo feminino que precisa, sob a perspectiva dominante, ser atraente por não se deixar afetar pelo mundo, pela temporalidade ou processos que envolvem sua própria constituição biológica da maternagem.

Wolf (2018) assinala que as imposições estéticas causam estranhamento a respeito de processos naturais pelos quais a pele, o cabelo ou as demais composições fisiológicas passam e, conseqüentemente, interferem nas percepções da mulher sobre seu corpo. Sob a perspectiva dominante, se por um lado a mulher deve gerar e não será realmente feminina sem completar seu “destino biológico” (Beauvoir, 1970, p. 57), por outro, deve disciplinar-se para retomada imediata do corpo belo. Wolf (2018) chama essa exigência de “mito da beleza” (p. 32) utilizado como uma ferramenta disciplinadora cruel, que impõe à mulher amarras no alcance da equidade financeira e política, limitando seu tempo a preocupações com a adequação de seu corpo e impondo gastos financeiros para alcançá-lo. Dessa forma, crescem as indústrias das “dietas, que geram 33 bilhões de dólares por ano, a dos cosméticos, 20 bilhões de dólares, a da cirurgia plástica estética, 300 milhões de dólares, e a da pornografia, com seus 7 bilhões de dólares” (Wolf, 2018, p. 42).

Bordo (1997) revela que o corpo habituado ao controle externo, em constante aperfeiçoamento por meio de normas reguladoras, da sujeição a dietas, adesão a certas formas de vestuário e das maquiagens, encontra-se desorientado no espaço e no tempo, centrado



unicamente no autoaperfeiçoamento. Nas suas palavras:

Por meio de disciplinas rigorosas e reguladoras sobre a dieta, a maquiagem, e o vestuário — princípios organizadores centrais do tempo e do espaço nos dias de muitas mulheres — somos convertidas em pessoas menos orientadas para o social e mais centradas na automodificação. Induzidas por essas disciplinas, continuamos a memorizar em nossos corpos o sentimento e a convicção de carência e insuficiência, a achar que nunca somos suficientemente boas. Nos casos extremos, as práticas da feminidade podem nos levar à absoluta desmoralização, à debilitação e à morte. (Bordo, 1997, p. 28)

Novamente, vemos que o laço entre maternidade, ideal e corpo distanciam o desejo e, no seu lugar, proliferam a culpa e a insatisfação. Enfrentar tal expectativa implica. De acordo com Goldman (2010), sua superação é possível ao encontrar brechas de existência por meio do olhar para a própria interação com o mundo. Identificar e analisar a presença desse controle institucional sistemático tem o potencial de desnaturalizar condições impostas como um destino biológico. Compreendendo as possibilidades e impossibilidades de se agir frente a tais valores hegemônicos é possível romper laços que aprisionam para tatear outros os caminhos possíveis de existência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trajeto aqui percorrido, detectamos que os laços micropolíticos podem tanto potencializar quanto enfraquecer a existência das mulheres na sociedade. Dessa forma, compreendemos que a luta por uma vida desejante passa pelo enfrentamento da violência de gênero, mas também pela conexão com a diversidade de afetos que marcam os encontros micropolíticos do cotidiano. Ganha destaque, nesse processo, as aberturas para fazer laços com a produção desejante, como condição para definir estratégias de expansão de si e do outro.

Tal luta foi e segue sendo marcada por embates e angústias os quais, em certa medida, evidenciam relações que adoecem e enfraquecem. Mas, por outro ângulo, tais lutas também servem para colocar as mulheres em movimento, ainda que nas brechas valorativas e institucionais, a fim de caminhar na direção de questionamento da cultura hegemônica, que estabelece tantas brutalidades sobre os corpos. Essa tarefa vem sendo assumida há séculos e encontra na contemporaneidade a possibilidade ampliada de compartilhamento entre mulheres acerca de suas experiências e histórias.

Concluimos que tais compartilhamentos podem se configurar como uma estratégia política de luta, uma vez que tais histórias guardam ecos significativos que podem remper com certos laços históricos despotencializadores e recompô-los em outras direções mais aliadas dos desejos, da vitalidade e da emancipação. Diversos passos já estão sendo dados nessa direção por mulheres que afirmam modos plurais de vida, recusando a instrumentalização de seus corpos e afetos.

REFERÊNCIAS



- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência de vida** (2. ed. rev.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BORDO, S. R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. (eds.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record, p. 19-41, 1997.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
- GOLDMAN, E. A tragédia da emancipação feminina. In: RODRIGUEZ, A. (trad.). **La palabra como arma**. [S. l.]: Libros de Anarres; Terramar, p. 110-160, 2010.
- GUEDES, O. de S.; DAROS, M. A. O cuidado como atribuição feminina: Contribuições para um debate ético. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 122-134, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2009v12n1p122> . Acesso em: 02 fev. 2026.
- GUIMARÃES, N. A., PAUGAM, S., & PRATES, I. Laços à brasileira: Desigualdades e vínculos sociais. *Tempo Social*, 32(3), 265–301, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.174291>
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LISPECTOR, C. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Antenova, 1973.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de C. A. R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NEVES, D. M. Sexualidade: Saber e individualidade. **Revista Estudos Feministas**, 27(2), 1-11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254146>
- PACHECO, E. M.; DIAS, M. T. G. A luta das mulheres por políticas sociais: Avanços e retrocessos. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 263-283, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.313>. Acesso em: 02 fev. 2026.
- PICCININI, C. A., LOPES, R. S., GOMES, A. G., & DE NARDI, T. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicol Estud** [Internet], v. 13, n. 1, p. 63–72, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100008>
- SÁ, R. N. A noção heideggeriana de cuidado (Sorge) e a clínica psicoterápica. **Veritas**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 259-266, 2000.
- PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.
- TAVARES, M. S.; ALVES, A. A violência de gênero no (des)governo Bolsonaro: Licença para matar! **Revista Brasileira de História**, n. 94, p. 41-61, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-04>. Acesso em: 02 fev. 2026.
- ZANELLO, V. O amor (e a mulher): Uma conversa (im)possível entre Clarice Lispector e Sartre. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 531-539, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026XS2007000300002>
- ZANELLO, V. **Amor feminista**. Entrevista concedida a G. Pimenta. Darcy: feminismos para quê?, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-30/dossie/264-amor-feminista>. Acesso em: 4 fev. 2026.
- ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. (orgs.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s)**: questões para a psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103-122.
- WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.